



OMR
Observatório do Meio Rural

Documento de Trabalho

Observador Rural

AGRICULTURA, DIVERSIFICAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA
ECONOMIA

João Mosca

Nº 47

Fevereiro
2017

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

AGRICULTURA, DIVERSIFICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA

João Mosca¹

Resumo:

Moçambique é um país em vias de entrar no complexo mundo dos países produtores de produtos energéticos. Um grande influxo de capitais tornou o país num dos destinos privilegiados do investimento estrangeiro, o que permitiu/facilitou uma gestão especulativa de receitas futuras. Receitas rápidas e avultadas de capitais e aumento das reservas de divisas permitiram políticas fiscais e monetárias expansivas, reforçando o padrão de acumulação sectorial, social e espacialmente concentrado e de realização no exterior. Este trabalho tem como objectivo discutir a diversificação da economia, com base na produção de bens e serviços, sobretudo para o mercado interno, como forma de se promover um desenvolvimento menos vulnerável aos choques externos, configurar um padrão de acumulação predominantemente nacional e de base social alargada e inclusivo. A produção alimentar e a agricultura em geral, a agro-indústria e de bens de consumo (têxteis, calçado, etc.) e de bens de investimento de baixo valor (melhoria da habitação, instrumentos de trabalho e outros relacionados com o bem-estar dos cidadãos) poderiam ser priorizados. Esta opção implica uma transformação estrutural e uma maior endogeneização da economia, com implicações sobre os interesses políticos e económicos actualmente dominantes, direccionados para os sectores e acumulação no exterior.

Palavras-chave: crise, diversificação da economia, transformação estrutural, padrão de crescimento.

¹ Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Director e Investigador do OMR. Professor Catedrático. Docente na Universidade Politécnica.

1. INTRODUÇÃO

As flutuações dos preços das fontes energéticas naturais não-renováveis (petróleo, gás, carvão, etc.) podem introduzir situações de crises variáveis em economias, sobretudo nos países fortemente dependentes das exportações destes bens e das economias onde a factura das importações de petróleo e seus derivados é muito elevada na balança de pagamentos. Em muitos casos, estas últimas economias são pobres (como é o caso de Moçambique). Existem países, sobretudo desenvolvidos, onde esta constatação não se verifica.

A crise nos sectores energéticos arrasta os mercados de muitos bens e serviços, não só porque uma importante parte dos bens consumidos são derivados do petróleo e gás (fertilizantes, plásticos, vaselina, "produtos asfálticos, nafta petroquímica, querosene, solventes, óleos combustíveis, óleos lubrificantes, diesel e combustível de aviação"²), como, ainda, pelas importantes indústrias que compõem as cadeias de valor e *clusters* relacionados com o petróleo. A partir deste brevíssimo resumo sobre a indústria do petróleo, é compreensível depreender quanto a economia mundial e dos países estão relacionadas e estão influenciadas pelo petróleo, com efeitos sobre o comércio internacional de todos os bens e serviços num momento que há desaceleração das economias, redução das exportações/importações e seus efeitos de retroalimentação.

Em vários momentos aconteceram importantes crises na economia mundial devido a flutuações significativas no mercado dos recursos energéticos³. Recorde-se a crise de finais dos anos setenta do século passado, em 2008 e 2009 e a actual (2015-2016), ainda sem se conhecer a sua evolução. Os mercados do petróleo, como produto estratégico para as economias, possuem necessariamente relações com as políticas externas, questões geoestratégicas, pressão económica, política e diplomacia internacional, incluindo em conflitos militares nacionais e transnacionais.

Algumas economias produtoras de bens estratégicos dependem em grande medida destes sectores (petróleo, gás, ferro, aço, carvão, etc.). Nestes casos, as variações nos preços internacionais possuem efeitos fortes sobre as respectivas economias. Sucodem-se ciclos de abundância e de crise, com as respectivas consequências políticas e sociais. Para o caso dos países produtores, uma queda dos preços do petróleo, reflecte-se na redução das receitas em divisas, provoca depreciações nas moedas nacionais, há uma diminuição do *stock* de divisas e das importações, queda das receitas fiscais etc. As taxas de juro sobem, o investimento interno e externo baixa, a inflação sobe, reduz-se o poder de compra dos salários e, portanto, cai o nível de vida dos cidadãos, sobretudo dos grupos sociais de rendimento mais baixo. Os riscos de instabilidade social aumentam e pode acontecer o endurecimento autoritário dos governos e perdas das liberdades e direitos dos cidadãos. Em ciclo de abundância, emerge um clima de optimismo, consumismo (novo-riquismo), gestão desproporcionada e populista das expectativas, políticas expansivas muitas vezes pensando em receitas futuras, com consequências sobre o despesismo e endividamento público, a balança comercial é afectada com o aumento das importações de bens de consumo, entre outros aspectos.

Assim como o petróleo, os alimentos são também um conjunto de bens de grande importância para as economias. Os alimentos, na grande maioria dos países (incluindo, e de forma

² <http://www.suapesquisa.com/geografia/petroleo>, acedido a 04-07-2016. Em <http://kid-bentinho.blogspot.com.br/>, indicam-se 10 bens que os cidadãos usam todos os dias e que constituem derivados do petróleo: cosméticos, borracha sintética, lubrificantes, medicamentos, produtos de limpeza, asfalto, tecidos sintéticos, alimentação, plástico, combustível. Pode-se assim observar como o petróleo está presente no consumo de todos os dias.

³ Não se refere somente ao petróleo e sim às fontes energéticas naturais porque os respectivos mercados estão relacionados e possuem variações cruzadas enquanto produtos sucedâneos (pelo menos parcialmente e em função das estruturas produtivas e das cadeias de valor das diferentes economias). Por exemplo, variações nos preços do petróleo implicam flutuações em outras fontes de energia, como por exemplo, no gás.

aparentemente paradoxal, nos países desenvolvidos e principais produtores mundiais de alimentos), são considerados como uma questão de segurança e de soberania nacional. Na história recente, conhecem-se situações em que os alimentos foram utilizados como arma de política internacional, como, por exemplo, o plano Marshall nas relações entre os Estados Unidos da América e a Europa como condição para a instalação de bases militares americanas em território europeu, e de geopolítica (preço do trigo durante a fase final da guerra fria), assim como para a imposição de condicionalidades em alguns programas de ajustamento estrutural e de reformas políticas.

A crise de fontes energéticas e derivados está, de algum modo, associada aos preços dos bens alimentares. Uma subida dos preços do petróleo faz aumentar os preços dos bens alimentares devido à grande incorporação dos derivados de petróleo na cadeia alimentar. Nos países que possuem recursos energéticos e dependem grandemente de importações de alimentos, uma baixa nos preços do petróleo deprecia a moeda nacional e reduz a capacidade de importação de bens alimentares. A uma crise nas exportações acrescenta-se a crise de abastecimento com inflação e redução do poder aquisitivo.

A dependência de uma economia de um ou poucos produtos de exportação coloca o respectivo país em grande vulnerabilidade face aos choques dos mercados internacionais e à evolução de outras economias. A transferência de receitas do petróleo para o desenvolvimento de outros sectores é importante para a defesa dessas economias e maior resistência às comoções externas e estabilidade interna. Isso pode significar, a médio e longo prazo, a diversificação e a transformação estrutural das economias.

Moçambique é um país em vias de entrar neste complexo mundo dos países produtores de produtos energéticos. Um grande influxo de capitais tornou o país num dos destinos privilegiados do investimento estrangeiro, o que permitiu/facilitou uma gestão especulativa de receitas futuras. Receitas rápidas e avultadas de capitais e aumento das reservas de divisas permitiram políticas fiscais e monetárias expansivas, reforçando o padrão de acumulação sectorial, social e espacialmente concentrado e de realização no exterior. Este trabalho tem como objectivo discutir a diversificação da economia, com base na produção de bens e serviços, sobretudo para o mercado interno, como forma de se promover um desenvolvimento menos vulnerável aos choques externos, configurar um padrão de acumulação predominantemente nacional e de base social alargada e inclusivo. A produção alimentar e a agricultura em geral, a agro-indústria e de bens de consumo (têxteis, calçado, etc.) e de bens de investimento de baixo valor (melhoria da habitação, instrumentos de trabalho e outros relacionados com o bem-estar dos cidadãos) poderiam ser priorizados. Esta opção implica uma transformação estrutural e uma maior endogeneização da economia, com implicações sobre os interesses políticos e económicos actualmente dominantes, direccionados para os sectores e acumulação no exterior.

Este texto tem, para além da Introdução, mais quatro secções. Na segunda secção, faz-se um breve enquadramento teórico tendo, como teoria de referência, o debate sobre a especialização produtiva das economias em contexto de globalização e considerando países ricos em recursos naturais, o papel da agricultura na redução da pobreza, das desigualdades e na transformação estrutural das economias em desenvolvimento. A terceira secção analisa o contexto da estrutura da economia moçambicana, focalizando-se na agricultura. A quarta secção refere-se à diversificação da economia com base na produção de alimentos e de outros bens de consumo para o mercado interno. Finalmente faz-se um breve resumo.

2. TEORIA DE REFERÊNCIA

A transformação estrutural das economias faz parte da evolução das sociedades e respectivas economias⁴. Em resumo, regra geral, a importância e peso dos sectores económicos na formação da riqueza altera-se no tempo, passando a importância do sector primário para o secundário, posteriormente para o terciário e, finalmente, as novas economias ligadas ao ambiente, conhecimento e inovação (investigação), às tecnologias de informação e comunicação, ao espaço, às biotecnologias, entre outras. Nestas evoluções, existem mudanças das classes sociais e composição/relações de poder que evoluem conforme as estruturas económicas e os contextos sociais. As mudanças nas relações externas é um dos elementos considerados, simultaneamente, um factor e efeito da transformação estrutural.

A teoria da transformação da economia dual de Arthur Lewis⁵, apresentada no livro *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*, expõe a transição da economia baseada na agricultura para a industrialização, assente na transferência de recursos (neste caso, trabalho), o que implica a redução de população no meio rural devido à urbanização pela industrialização e também pelos serviços. Como consequência, verifica-se a tecnificação (capitalização) da agricultura, aumenta a produtividade e a eficiência baseadas na utilização de factores de produção de capital (equipamento, químicos, assalariamento, infra-estruturas produtivas e conhecimento). Assiste-se a uma redução do número de agricultores e de explorações agrícolas, cuja produção é suprida pelo aumento da produtividade em unidades agrícolas de maior escala⁶.

No caso de haver aumento da produtividade na agricultura sem industrialização e criação de emprego em outros sectores de actividade, pode significar que a transformação na agricultura provoca a exclusão do mercado de muitos produtores não competitivos, devido à redução dos preços por aumento da oferta, que terminam por emigrar para as cidades, cujo mercado do trabalho não absorve a mão-de-obra excluída do meio rural. Neste caso, assistir-se-ia a uma transformação estrutural da agricultura sem transformação estrutural da economia, que poderia converter-se em uma crise de tipo diferente, tanto no meio rural como no conjunto da economia.

A transformação estrutural apresentada por Lewis supõe que a acumulação se realiza, numa primeira fase, na agricultura e que são as poupanças daí resultantes que permitem o investimento e o surgimento da industrialização que, no caso dos sectores relacionados com a agricultura (equipamento, fertilizantes e pesticidas), produzem um efeito de retro-alimentação, impulsionando ainda mais a transformação estrutural da agricultura. No caso dos países ricos em recursos naturais, a acumulação gerada nestes sectores pode induzir à transformação estrutural simultânea da economia e da agricultura e em ritmos mais acelerados. Para o efeito, os Estados necessitam possuir intervenções mais influentes na economia através da captação dos recursos dos sectores extractivos e da sua alocação em sectores promotores das mudanças na agricultura e na indústria, para além de investimentos públicos em infra-estruturas, na educação e em políticas de mercados que favoreçam o ambiente de negócios e o investimento em sectores cuja produção se destina principalmente para o mercado interno.

As experiências de êxito da industrialização nos países em desenvolvimento em contexto de globalização possuem, regra geral, os seguintes factores de mudança: capital físico (infra-estruturas); inovação tecnológica; qualificação de recursos humanos; poupança interna; mercados

⁴ Sobre este assunto, ver os clássicos Karl Marx (por exemplo, o livro *18 de Brumário*), W.W. Rostow (*The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*) e Joseph Schumpeter (*Capitalismo, Socialismo e Democracia*).

⁵ Veja também, do mesmo autor, por exemplo, a obra *The Theory of Economic Growth*.

⁶ Uma vasta literatura existe sobre os processos de transformação, integração e resistência dos camponeses face à penetração do capitalismo no meio rural. Veja, por exemplo, Campagne (1982), Cavailhes (1979), Chayanov (1974), Friedman (1980), Kautsky (1980), Lenine (1980), Lewis (1969), Schultz (1953 e 1964), Servolin (1989), Shanin (1971), Wolf (1970), entre outros.

com diferentes níveis e funções do Estado, incluindo de proteccionismo alfandegário; instituições que planificam para o mercado, com capacidade reguladora e fiscalizadora⁷.

As transformações estruturais configuram também, ou são consequência de, padrões de crescimento (desenvolvimento). Nos países em desenvolvimento e considerando os mecanismos reprodutores da economia-mundo e, portanto, de dependência e do "desenvolvimento do subdesenvolvimento"⁸, a transformação estrutural assenta nos sectores relacionados com o sector externo (exportação de recursos naturais e de *commodities* - economias extrovertidas), com secundarização do mercado interno e, em muitos casos, dos sectores produtores de bens de consumo de massa⁹ - produção alimentar, têxteis, calçado, energia e água, educação e saúde e transportes públicos. As economias tornam-se mais vulneráveis às flutuações económicas e aos mercados externos, assim como aos contextos políticos e, por vezes, militares e de segurança. Assim sendo, os ciclos económicos são, sobretudo, dependentes de factores externos não controláveis e dificilmente "geríveis" por políticas económicas e públicas domésticas.

Esta transformação é apoiada por organizações financeiras internacionais que pretendem aumentar a eficiência do capital à escala global, resultando em benefícios acrescidos para as economias desenvolvidas através da transferência de recursos, seja por via da troca desigual (evolução dos preços dos bens e serviços transaccionados crescentemente desfavoráveis para as economias em desenvolvimento), por via dos fluxos de capital e, sem ser menos importante, pela especialização produtiva em sectores de menor eficiência e produtividade permitindo uma maior exploração da terra e do trabalho¹⁰. Os países desenvolvidos "externalizam"/deslocalizam para os países em desenvolvimento os sectores produtivos de menor eficiência, reservando, para si, a especialização produtiva onde o capital possui maior rentabilidade e menores riscos. Configura-se assim o agro-negócio e a aquisição de terras com objectivos de colonização/estrangeirização de amplos territórios nos países em desenvolvimento. Esta constatação fundamenta as críticas às políticas de ajustamento estrutural das Instituições de Bretton Woods (IBW) que pretendem a integração funcional e subordinada das economias em desenvolvimento na economia mundial. Para o efeito (eficiência do capital à escala mundial), é importante que o capitalismo periférico seja eficiente e opere em contextos de estabilidade e com instituições públicas eficazes para assegurar facilidades de operação em mercados não distorcidos¹¹.

O referido no parágrafo anterior encontra sustentação em teorias que fundamentam a especialização produtiva das economias baseando-se, primeiro, segundo os clássicos, nas vantagens comparativas¹² e, recentemente, nas vantagens competitivas. Para estas correntes de pensamento o comércio internacional é o motor de crescimento e introduziria uma maior eficiência nas economias nacionais. Se assim for implementado por todos os países, estabelecer-

⁷ Embora sem que todos estes factores sejam incluídos, veja o trabalho sobre a Coreia do Sul de Moura Xavier e Silva (2011).

⁸ Expressão retirada do título do livro de Gunter Frank (1971), *Sociologia del desarrollo y subdesarrollo. El desarrollo del subdesarrollo*.

⁹ São considerados consumos de massa os que são indiferenciados, vendidos sem ou com deficiente transformação, mal embalados, de baixa qualidade e baixo preço, destinados ao consumo dos grupos sociais de renda baixa.

¹⁰ Esta é uma das essências dos programas de ajustamento estrutural das Instituições de Bretton Woods, bem como das condicionalidades impostas pelo FMI para a concessão de financiamentos.

¹¹ Para uma revisão teórica e referindo-se ao caso de Moçambique, veja Mosca (1999 e 2005).

¹² As vantagens comparativas abordadas no modelo de David Ricardo, depois criticado nos anos 50 do século XX pela escola cepalina (Hirschman, Celso Furtado Prebish e outros). Os efeitos sobre o crescimento e a eficiência são referidos em defesa do comércio internacional sendo a OCDE, a Organização Mundial do Comércio e as Instituições de Bretton Woods as principais organizações promotoras desta opção nas políticas económicas dos países e comunidades económicas. Muitos estudos empíricos em diferentes países (como, por exemplo, a obra de Jagdish Bhagwati e Anne Olive Krueger) confirmam e refutam, as vantagens da liberalização do comércio internacional sobre o crescimento. A obra de Krueger (1978) refere-se a este assunto.

se-iam relações de interdependência à escala mundial, configurando a internacionalização/globalização das economias em contextos de especializações desiguais por razões diversas (dependência da trajectória, localização geográfica, recursos disponíveis, qualificação de recursos humanos, conhecimento, população, entre muitos que, combinados, resultam em vantagens desiguais e promotoras de crescimentos divergentes. Nestas condições, a interdependência transforma-se em dependência que transborda da esfera económica para as relações políticas, militares e de segurança.

Neste quadro, a agricultura produtora de alimentos não é priorizada nas políticas "sugeridas" pelas IBW, o que é bem expresso na seguinte frase contida no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1986, na página 82: "Mas a questão-chave não é segurança alimentar mas a vantagem comparativa. Se um país pode fazer um melhor uso dos seus recursos em exportações – agrícolas ou não -, não há razões para desperdiçar recursos na busca da auto-suficiência em alimentos (...) a auto-suficiência alimentar permanece um objectivo popular antieconómico e alguns países estão dispostos a exporem-se a altos custos para alcançá-la". Contrariamente, a produção de *commodities* para o mercado externo surge, nas últimas décadas, como o destino dos grandes investimentos em cadeias de valor do agro-negócio, passando-se da fase da industrialização para a financeirização da agricultura e ao domínio das grandes cadeias de distribuição. Estes interesses implantam-se em alguns países em desenvolvimento com a compra ou reserva de grandes extensões de terras (em alguns casos de milhões de hectares) originando fenómenos de *land grabbing* e outras consequências para as populações abrangidas¹³.

Alternativamente, existe a opção da promoção de um desenvolvimento com tendência para a equidade, seja intersectorialmente como social e espacialmente, o que é possível essencialmente pelo desenvolvimento de um tecido produtivo com base social ampla, com ligações sectoriais, gerador de emprego e de valor acrescentado no território, impulsionando a poupança, o investimento interno, a geração de impostos e os efeitos multiplicadores no conjunto da economia. Esta opção requer o planeamento para o mercado com políticas públicas que amortecem os desequilíbrios provocados pelos fluxos do capital e dos factores de produção atraídos pelo mercado¹⁴. Neste âmbito, os Estados necessitam possuir políticas estáveis e de longo prazo, coerentes entre si, de fácil exequibilidade e acesso, como sejam incentivos fiscais, participação em investimentos privados e em infra-estruturas, reforço da capacidade e eficácia das instituições públicas que assegurem reduções nos desequilíbrios criados pelos mercados, favoreçam o desenvolvimento de um bom ambiente de negócios e a competitividade das economias, dos territórios e das empresas.

A opção da endogeneização com diversificação da economia implica relações de compromisso entre a eficiência económica e a eficiência social e ambiental. As possíveis relações inversas a curto prazo entre a primeira com a segunda e a terceira requerem compromissos variáveis entre elas, mas que, certamente, assegurarão, a longo prazo, processos de crescimento e desenvolvimento mais estáveis, equilibrados e menos vulneráveis aos choques externos.

Os dilemas entre a globalização e a endogeneização com diversificação das economias não significaram, em algum momento histórico, opções extremadas ou de exclusão mútua, mas sim opções variáveis e combinadas. Chang (2002), no livro *Chutando a Escada - A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*¹⁵, revela que as práticas proteccionistas, como instrumento de gestão macroeconómica para o desenvolvimento, foram, e são, práticas comuns nas economias desenvolvidas e que estas se desenvolveram, em parte, como mecanismos de

¹³ Sobre este tema, veja Mosca, Bruna e Mandamule (2016).

¹⁴ Esta eficiência é, em países em desenvolvimento e no caso de Moçambique, comprometida por muitas distorções (comunicações, acesso, informação, grande diversidade dos agentes económicos do lado da oferta e da procura, economias informais, intervenções despropositadas do Estado, entre outras).

¹⁵ Tradução do autor do título do livro em inglês

defesa dos sectores produtivos nacionais¹⁶. São estes países, hoje desenvolvidos, que retiram a escada do proteccionismo impondo ("sugerindo") a livre circulação de bens e serviços, sobretudo nos sectores em que cada um, ou em que cada bloco económico, é competitivo, beneficiando-se dessa abertura dos mercados. Incentiva-se, assim, o comércio internacional, considerado por muitos economistas, pelas IBW e outras organizações internacionais, como o motor das economias nacionais e mundial (assunto anteriormente brevemente referido).

Considerando o tema deste texto e as desvantagens competitivas da agricultura comparativamente com os restantes sectores produtivos e do meio rural em relação ao urbano, o desenvolvimento equilibrado e a transformação estrutural requerem medidas de políticas específicas de modo a evitarem-se perdas absolutas (não necessariamente relativas¹⁷) de rendimento dos agricultores e do meio rural, desertificação humana de espaços, movimentos migratórios para as cidades ou para zonas de maior desenvolvimento sem que exista criação de emprego e a emergência de economias informais, urbanização caótica e as consequências daí derivadas. As medidas de redução dos desequilíbrios implicam uma alteração na eficiência económica dos recursos na medida em que estes são desviados da sua alocação por via dos mercados. A diminuição da eficiência económica é compensada com a eficiência social e certamente ambiental do desenvolvimento¹⁸. São conhecidas diferentes formas de apoio dos estados à agricultura e ao meio rural, como é o caso da Política Agrícola Comum da União Europeia¹⁹. O orçamento da União Europeia para a agricultura chegou a representar, na década de 80 do século passado, mais de 50% do orçamento da União. Foram praticados preços de garantia aos produtores, medidas proteccionistas em relação às importações, definidas quotas de produção por país, co-financiamentos para a modernização da agricultura (principalmente para investimentos dos produtores em infra-estruturas, mecanização e substituição de culturas através da diferenciação de preços e de subsídios), subsídios específicos para as regiões de montanha e insulares, pensões para sustentar a renda dos agricultores, entre outras medidas de intervenção nos mercados. A Europa passou de uma região importadora e com fome no pós II Guerra, para ser a segunda maior produtora de alimentos do mundo, com elevados excedentes, grande parte escoada como ajuda alimentar.

Em muitos países ricos em recursos naturais verifica-se uma excessiva concentração da formação do PIB em um ou poucos sectores produtivos, sobretudo quando se trata de fontes energéticas (petróleo, gás, carvão, entre outros). As principais consequências desta opção são principalmente as seguintes: (1) geração de um desenvolvimento sectorial, espacial e socialmente concentrado, com consequências sobre as desigualdades de desenvolvimento e a exclusão social e deterioração do tecido produtivo local; (2) elevada dependência dos equilíbrios macroeconómicos que se tornam reféns das receitas em divisas (balança de pagamentos) e fiscais (orçamento do Estado), das variações dos preços internacionais, da inflação importada e da poupança interna; (3) riscos de crescimento da dívida pública e externa para níveis não sustentáveis e da "doença holandesa", variações importantes inter-anuais do crescimento económico e das variáveis de equilíbrio e de gestão macroeconómica; e, (4) aumento do custo de vida devido à inflação alta e variável no tempo, com eventuais conflitualidades sociais e político-militares.

¹⁶ São conhecidas as barreiras económicas e de outros tipos que dificultam, por exemplo, a entrada de produtos agrícolas na Europa, o proteccionismo estado-unidense ao algodão, os subsídios aos produtores agrícolas na Europa durante quase 40 anos no contexto da política agrária comum da UE, entre outros exemplos. Veja, por exemplo, Arnalte (2007), Dauce e Perrier-Cornet (1993), Josling (2011) e OECD (2010).

¹⁷ Os rendimentos absolutos podem aumentar mas de uma forma menos acentuada que nas cidades e as derivadas de actividades não -agrícolas. Sendo assim, existe uma perda relativa de rendimentos.

¹⁸ A opção do desenvolvimento equilibrado contraria a teoria de que o crescimento com padrão assente exclusivamente nos mercados abrange progressivamente mais grupos sociais e territórios, sendo que, após as fases iniciais de crescimento com mais desigualdades, seguem-se períodos de crescimento com redução das desigualdades. É a conhecida teoria do crescimento em forma de U invertido de Kuznets (1955), nem sempre empiricamente verificada.

¹⁹ Sobre o comércio internacional de alimentos e as políticas agrárias nos países desenvolvidos veja, por exemplo, Raúl Jorge (2012). Veja também Arnalte (2003 e 2012).

Não menos importante em contextos de riqueza de recursos naturais, é a secundarização da agricultura, sobretudo da produção de alimentos. Os países tornam-se dependentes de importações de bens alimentares agravando a vulnerabilidade da economia, e os cidadãos ficam sujeitos a mudanças repentinas do custo de vida (inflação ou deflação). Em contexto de crise com escassez de divisas, a inflação dos bens essenciais agrava-se, afectando sobretudo as famílias de renda baixa que dedicam grande parte dos seus rendimentos na aquisição desses bens²⁰. Sabendo-se que a agricultura é a principal fonte de rendimento da população rural, existem evidências em como a redução da produção agrícola faz aumentar a pobreza, a subnutrição e outros indicadores que revelam as condições de vida dos cidadãos. Muitos países ricos em recursos naturais possuem desenvolvimentos (ou crescimento económico) excludentes (não-inclusivos).

A diversificação com endogeneização (ou vice-versa) não é simplesmente uma questão económica. Ela reconfigura os interesses e grupos económicos e políticos consolidados ao longo de décadas em torno de uma economia extractiva, com acumulação extrovertida e concentrada social e territorialmente, pouco geradora de emprego e criadora de pobreza, com crescente conflitualidade, correspondida com incrementos de autoritarismo, repressão policial e consequente perda de democraticidade. A promiscuidade entre política e negócios (empresários-políticos e políticos-empresários) e a arquitectura de uma burocracia estatal aliada ao capital externo, à cooperação e a uma emergente classe capitalista, constituem o suporte social do poder político e económico.

Com a diversificação e endogeneização da economia, os interesses económicos alteram-se. Tomam lugar de destaque as pequenas e médias empresas industriais e de serviços aos cidadãos, os camponeses e pequenos produtores no meio rural. Emerge uma classe operária na indústria e a urbanização aumenta o acesso ao conhecimento e informação. A dependência do exterior pode reduzir-se.

A educação, a saúde e a produção de conhecimento local são elementos-chave para a diversificação e endogeneização da economia e para a formação da consciência da cidadania. O desenvolvimento assente na agricultura e em pequenas e médias empresas com implantação nos territórios (nível local) exige profissionais especializados a diferentes níveis e áreas de conhecimento. As suas motivações e incentivos devem começar por carreiras profissionais assentes no mérito e em atitudes de trabalho.

Norman Long (1977) defende que as relações internacionais não se processam apenas entre Estados, mas entre as elites de duas ou mais sociedades. Ou ainda Charles Bettelheim, quando questionava se os operários dos países desenvolvidos exploravam, ou não, os seus colegas de classe dos países em desenvolvimento. Mosca (2004), com base neste enfoque, defende que são os pobres e as classes médias dos países desenvolvidos, os que, através dos impostos, financiam a cooperação externa, terminam por financiar as elites dos países pobres (os principais beneficiários nas sociedades receptoras) e os empresários dos países doadores, que utilizam os recursos da cooperação para realizar negócios. Isto significa que existem alianças múltiplas entre as IBW, as multinacionais e as elites nacionais na implementação dos programas de ajustamento estrutural, com benefícios para estes na configuração do capitalismo periférico.

As medidas de política económica podem alterar-se. Os dilemas entre a liberalização (abertura) e o protecçãoismo nas relações económicas, os incentivos fiscais e os investimentos públicos, a alocação intersectorial do orçamento de Estado, as políticas de crédito, de juros e cambial, os subsídios e as políticas de mercados são, regra geral, diferenciadas em economias abertas, quando comparadas com as políticas em economias que pretendem desenvolvimento equilibrado, assente na diversificação e que têm o mercado interno como principal opção nas decisões produtivas.

²⁰ A Lei de Engel afirma que, quanto menor for o rendimento das famílias, maior a proporção desses rendimentos gasta em bens essenciais de consumo.

Estas mudanças encontram resistências dentro dos sistemas políticos com estreitas relações com o capital. Estas resistências podem assumir várias formas, como, por exemplo: (1) redução da transparência da gestão pública; (2) aumento das formas de repressão; (3) não-cumprimento da lei pelo próprio Estado e práticas de conflito de interesses; (4) reforço da captura das burocracias e seus agentes com mordomias e salários; (5) políticas populistas de subsídios e de *urban bias* para reduzir as potencialidades de conflitualidades sociais, sobretudo nas cidades e, em particular, nas capitais.

3. A ESTRUTURA E MODELO ECONÓMICO DE MOÇAMBIQUE

3.1 Aspectos gerais

A estrutura económica de Moçambique foi configurada no período colonial. Depois da independência, essa estrutura, no essencial, foi aprofundada. Transcreve-se o que o autor referiu nas páginas 55 e 56 no livro *Economicando* (2009:55 e 56), ao caracterizar a actual estrutura económica:

Primeiro, a economia de Moçambique, assenta na extracção de recursos minerais (areias pesadas, pedras semi-preciosas, carvão, etc.), energéticos (hidráulicos e gás), agrícolas (açúcar, algodão, tabaco, etc.) e recursos naturais renováveis (madeiras e pescas), cujo destino principal é a exportação. Igualmente nos serviços para o hinterland.²¹ As tecnologias utilizadas são intensivas em trabalho, umas das poucas vantagens oferecidas aos investidores (além da terra e do seu preço). O que há de novo? Mais e melhores comunicações, alguns grandes projectos e uma maior exploração de recursos, como é o caso do gás. Também, a paralisação ou baixa exploração dos recursos existentes e das capacidades instaladas na indústria ligeira, agora obsoletas em muitos casos. Grande parte da indústria herdada está em ruínas.

Segundo, é evidente que o fundamental da acumulação transfere-se, como no passado, para o exterior. Surge agora, uma classe capitalista nacional que maioritariamente se beneficia de rendas ou de lucros, nem sempre correspondentes à participação real em capital ou conhecimento, mas sim ao tráfego de influências e corrupção. Antes, também havia uma classe capitalista cuja acumulação se iniciou em Moçambique, estrangeira (pelo menos no momento da independência), mas empreendedora e produtiva. Hoje existe sobretudo uma elite de renda.

Terceiro, a agricultura continua marginalizada e os pequenos produtores ainda mais. Com excepção de alguns produtos de exportação, as políticas e os recursos produtivos e financeiros destinam-se numa proporção muito baixa aos pequenos produtores ou, à sua transformação económica e social. É no meio rural, com poucas excepções, onde menos se investe nos serviços públicos, em infra-estruturas e em apoios aos produtores e aos cidadãos. A economia informal é aliada económica do governo porque atenua a pobreza, criando algum emprego, prestando serviços e produzindo bens que a chamada economia “formal” não satisfaz, simultaneamente que liberta recursos para os sectores onde se concentram os interesses das elites e “acalma” os pobres. A economia informal reproduz-se por mecanismos que pouco têm a ver com políticas públicas específicas. Muito parecido entre os dois momentos em análise, embora neste momento as economias informais generalizaram-se em todo o território e em mais sectores de actividade.

Quarto, o Estado agora, protege quanto pode. Antes protegia no que lhe interessava. O proteccionismo colonial pretendia defender os interesses de Portugal e dos portugueses; hoje, apoia o capital externo (porque a indústria com capitais internos é muito exígua).

²¹Serviços de portos e caminhos-de-ferro e emigração.

Hoje, o Estado vive fundamentalmente de financiamento e donativos externos; no passado, a metrópole recebia recursos das colónias. O Estado colonial intervinha directamente na economia desde que isso interessasse aos objectivos da acumulação na metrópole e à consolidação do poder; actualmente, as intervenções públicas são para facilitar a acumulação dos interesses económicos igualmente estrangeiros (que se realiza grandemente no exterior) e em defesa do poder.

O que persiste no essencial? A acumulação centrada no exterior, a extracção de recursos, a exploração do factor trabalho, a marginalização do meio rural e a secundarização da agricultura. O que mudou de fundamental? De um Estado discriminatório através da regulação existe outro, que, desregulando, beneficia elites. O capitalismo colonial, dependente e regulado passou a capitalismo selvagem. Melhorou o acesso à educação e saúde mas piorou a qualidade destes serviços. Há mais infra-estruturas rodoviárias mas as ferroviárias são, no respectivo contexto, muito menos eficientes. Mudou a coloração da maioria dos agentes económicos locais, porque o principal da riqueza realizada continua a ser exportada.

No quadro abaixo sintetiza-se o essencial do modelo económico colonial, comparando com o actual.

Quadro 1
Comparação do modelo económico colonial com o actual

Período colonial ²²	Actualmente ²³
<i>Extracção de excedentes económicos (sobretudo recursos naturais, bens agrícolas e mão-de-obra) para o exterior (na altura Portugal e África do Sul), com base em sectores intensivos em trabalho para aproveitamento do factor produtivo menos escasso e mais barato.</i>	Mantém-se a extracção de recursos naturais com a inclusão de novos produtos (gás, areias pesadas e alguns outros minerais). África do Sul mantém-se como um dos destinos (gás e energia) e surgiram outros países de destino das exportações (Holanda, Índia e China). Aumentou a intensidade do capital e continua a exploração de mão-de-obra não qualificada.
<i>Padrão de acumulação privado centrado nos sectores relacionados com o exterior, sendo esta realizada no estrangeiros (principalmente Portugal e África do Sul)</i>	Persiste o padrão de acumulação privado e centrado no exterior. Portugal e África do Sul deixaram de ser os principais beneficiários.
<i>Secundarização da agricultura e transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior.</i>	Os níveis pobreza entre o meio rural e o urbano aumentam e existem prioridades para as culturas de exportação.
<i>Subjugação das economias locais (chamadas na altura de "tradicionais", hoje "informais") pelas economias "modernas" (hoje "empresariais"), estabelecendo-se relações de funcionalidade, cujo desenvolvimento dependia das necessidades de acumulação do segundo sector.</i>	Aprofundamento do peso das economias informais, em consequência do crescimento demográfico e da baixa geração de emprego pelos sectores "modernos". Verifica-se um aumento das conflitualidades sociais nos locais de maior penetração do capital.
<i>Políticas de "urban bias" para benefício dos colonos que residiam maioritariamente nas cidades e desenvolvimento de sectores considerados então prioritários para a colonização (serviços, produção de bens de consumo, imobiliária).</i>	As cidades continuam sendo discricionariamente beneficiadas, principalmente com uma maior concentração de serviços públicos e subsídios aos principais bens e serviços de consumo dos grupos sociais de renda baixa (alimentos, energia, água e transportes públicos).
<i>Estado intervencionista e proteccionista dos sectores internos desde que relacionados com o exterior não-português, fiscalizador e regulador,</i>	Mantém-se o Estado intervencionista e proteccionista por via de vários mecanismos, pouco regulador e fiscalizador. Estado ineficiente, pouco

²² Para detalhes, veja Economia de Moçambique, século XX (Mosca, 2005).

²³ Veja Mosca (2005, 2009 e 2010) e Mosca, Abbas e Bruna (2013).

<i>sobretudo em defesa dos interesses económicos do capital português e da missão colonial.</i>	transparente em defesa do poder e dos interesses das elites nacionais e do capital externo.
---	---

Pode observar-se que as características fundamentais da estrutura económica não se alteraram em mais de 40 anos. Existem continuidades na acumulação por extracção, na estrutura do comércio externo (exportações de *commodities* e importação de bens de capital), na secundarização/subordinação da agricultura e da economia rural, na inquinação das políticas pró-urbanas ("*urban bias*"), na existência de estados proteccionistas²⁴, embora utilizando instrumentos e políticas económicas e públicas nem sempre semelhantes. No entanto, ao longo dos 40 anos de independência, grande parte da indústria paralisou e está em ruínas, o aumento da oferta de serviços aos cidadãos foi acompanhada por perdas de qualidade, o comércio rural formal colapsou, a cabotagem está paralisada entre outros aspectos.

Porém, convém ressaltar algumas diferenças sem que representem ou produzam descontinuidades que alterem as principais características estruturais. Destacam-se as seguintes:

- No final do período colonial emergiu um capitalismo produtivo nos sectores da indústria de construção e de transformação ligeira e agro-industrial. Neste momento, grande parte dessa indústria está em ruínas e não foi substituída. Assiste-se a um aprofundamento da terciarização da economia (sistema financeiro ancorado na cooperação e no investimento directo estrangeiro - IDE, no comércio, nos transportes e comunicações e nos serviços prestados ao, e pelo, Estado)²⁵.
- Actualmente, no lugar de um capitalismo produtivo, existem elites rendeiros (Brito, 2014) que se promiscuem entre política e negócios, não obstante haver empresários de mérito.
- A economia moçambicana sempre assentou o seu crescimento na poupança externa, primeiro, através da cooperação com os então países socialistas e de alguns países da Europa e, depois do fim da guerra civil, através da cooperação com a comunidade internacional e no IDE²⁶, Francisco e Siúta (2014) e Banco de Moçambique (2014).
- Grande parte dos alimentos consumidos no país era de produção nacional seja através de uma crescente monetarização/mercantilização da agricultura de pequena escala, por via da produção de excedentes comercializáveis, como pela agricultura em colonatos com imigrantes portugueses e incorporação de moçambicanos, para a produção de bens alimentares não tradicionalmente produzidos pelos produtores moçambicanos²⁷. Hoje importam-se cada vez mais alimentos, seja de bens não-diferenciados (bens de consumo de massa), como de bens de qualidade para as elites urbanas.

Observa-se a persistência de continuidades das características principais da estrutura económica moçambicana, como sejam a composição sectorial da riqueza, o consumo de massa e indiferenciado, a baixa poupança, as relações de dependência externa, a transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior, a baixa produtividade e competitividade da economia e dos agentes económicos (excepto em alguns sectores), as tecnologias intensivas em mão-de-obra barata e o peso das economias informais. Surgiram, ou estão em emergência, sectores que poderão

²⁴ Actualmente, existem políticas proteccionistas múltiplas, seja relativamente às importações, como do Estado para com alguns sectores produtivos, particularmente nos que possuem empresas públicas ou participadas pelo Estado. Existe ainda grandes diferenças entre a pauta aduaneira no âmbito da SADC e países terceiros.

²⁵ Veja a estrutura económica e a contribuição sectorial para o crescimento económico em Mosca, Abbas e Bruna (2013).

²⁶ "Entre 1998 e 2010, a taxa média anual de poupança interna situou-se em 1,5% do PIB. A poupança nacional deriva das empresas privadas e de 2% das famílias", Francisco e Siúta (2014: 2).

²⁷ O aumento da procura de bens alimentares não tradicionalmente produzidos pela estrutura produtiva de grande parte dos produtores deveu-se aos seguintes factores principais e relacionados entre si: (1) crescimento da população imigrante, sobretudo de portugueses, e devido à guerra pela independência com a entrada de grandes contingentes militares; (2) crescimento urbano e mudanças nas dietas alimentares; (3) aumento do rendimento médio derivado de um crescimento rápido entre princípios dos anos sessenta até 1973 e mais procura de alimentos.

transformar a economia, como seja os recursos energéticos. Instalou-se, em 40 anos, uma economia de renda, um estado frágil e pouca transparência nos actos de governação e do sector privado. Investiu-se em infra-estruturas, algumas das quais importantes para a articulação do território. Os recursos humanos aumentaram e o acesso à educação, saúde, água e energia melhoraram, embora suportados por subsídios ou investimentos não-rentáveis que conduzem as empresas públicas a dívidas avultadas e má gestão.

3.2 Sector agrário e transformação estrutural

Segundo os objectivos deste trabalho, apenas se referem os elementos considerados principais para a análise da evolução estrutural do sector agrário. Consideram-se os seguintes aspectos: ocupação agrícola da terra, produção e estrutura produtiva, técnicas produtivas e mercados.

a) Terra

Cerca de “99,3% (1.641.158/1.652.348) das explorações possuíam, em 1970, perto de 48,8% da superfície agrícola e as empresas com mais de 2.500 hectares representavam 0,013% (219/1.652.348) das explorações agrícolas e ocupavam 30,4% da superfície total. As explorações dos pequenos produtores (menos de 10 hectares) possuíam, em média, 1,5 hectares. Trinta anos depois, com base no Censo Agro-Pecuário (CAP) de 2005, existiam 99,6% das explorações agrícolas no grupo das pequenas (menos de 10 hectares)²⁸. Em MINAG (s/ data) afirma-se que a área cultivada por família varia, em média, em todo o país, entre 1,2 e 1,6 hectares (com e sem utilização de mão-de-obra assalariada, respectivamente).

O documento de trabalho de Carrilho *et al.* (2003: 5), *Qual o Papel da Agricultura Familiar Comercial no Desenvolvimento Rural e Redução da Pobreza em Moçambique?*, divide o pequeno produtor em tercís segundo o rendimento familiar e indica que, em média, cada família utiliza entre 1,25 e 2,01 hectares (1º e 3º tercís, respectivamente) e que, por habitante, existe uma superfície trabalhada entre 0,3 e 0,82 hectares (1º e 3º tercís). Um estudo do Ministério da Agricultura (2008) revela que a área média cultivada pelas famílias camponesas variou, entre 1996 e 2002, de 0,35 para 0,40 hectares por AE (Adulto Equivalente). Isto é, as diversas fontes indicam dados aproximados e igualmente poucas ou nenhuma variação nos 35 anos em análise.

Segundo o documento do Ministério da Agricultura (2009: 11), “o rápido crescimento demográfico, a redução do tamanho da propriedade agrícola *per capita*, o declínio da fertilidade do solo, oportunidades não aproveitadas de diversificação da renda e migração, criam dificuldades ao mesmo tempo que as potencialidades da agricultura para o desenvolvimento continuam não aproveitadas”. Para efeitos do assunto em discussão, o importante da frase é que o MINAG refere a redução do tamanho da propriedade por habitante e da qualidade dos solos.

b) Produção

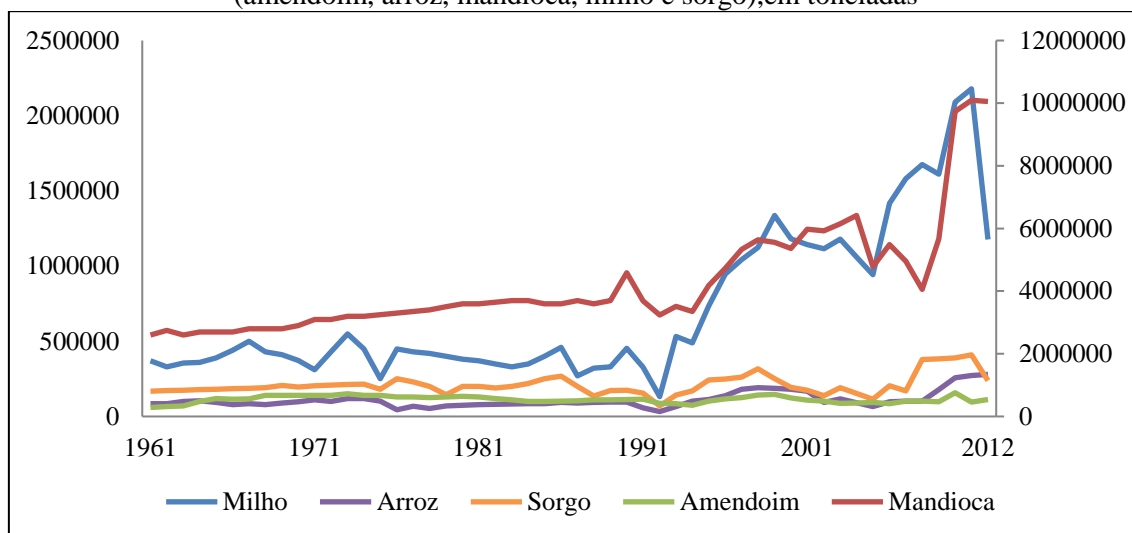
Cerca de 70% da população moçambicana vive no meio rural e, destes, a quase totalidade dos seus rendimentos (cerca de 70%) provem da actividade agrícola (com variações significativas entre as províncias e, de forma crescente, entre as zonas Sul, Centro e Norte), sendo que no Sul a participação da agricultura no rendimento das famílias é inferior devido a uma maior urbanização, migração e diversidade de actividades económicas. A produção de alimentos continua sendo

²⁸ Estes dados são semelhantes aos obtidos pela Missão de Inquérito Agrícola (1970).

priorizada nas opções produtivas desses agentes económicos²⁹ e uma elevada percentagem dessa produção é destinada ao auto-consumo³⁰.

A produção alimentar por habitante não se alterou significativamente. Os aumentos de produção verificam-se, sobretudo no milho e na mandioca, como resultado da expansão da área trabalhada por efeito do aumento demográfico³¹. Os gráficos 1 e 2 revelam a evolução da produção total e por habitante dos principais produtos alimentares.

Gráfico 1
Produção dos principais produtos agrícolas alimentares
(amendoim, arroz, sorgo, milho e mandioca), em toneladas



Nota: Escala da direita para a produção de mandioca.

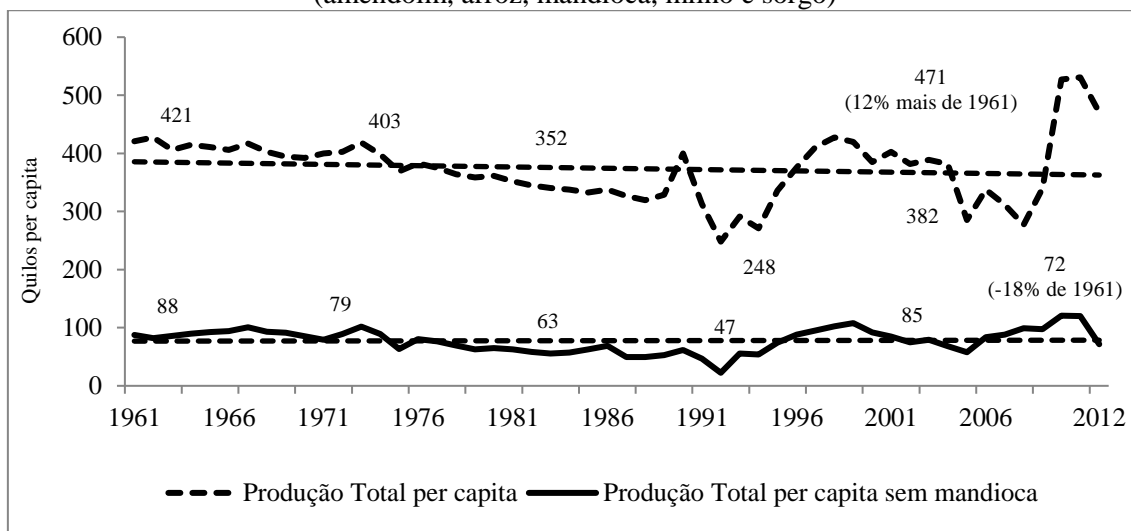
Fonte: FAO.

²⁹ Nas opções produtivas dos pequenos produtores, o objectivo principal é o de assegurar a segurança alimentar das famílias. Esta prioridade resulta da instabilidade do acesso a alimentos (disponibilidade, rendimentos e preços).

³⁰ Segundo Wuyts (1981), os pequenos produtores vendiam no mercado cerca de 15% do total da produção realizada. Existem variações entre as zonas do país (Norte, Centro e Sul). No Norte, os camponeses comercializam uma maior proporção da produção, 26%. O trabalho apresentado por Pitoro *et al.* (2008), que utilizou a informação de Mather *et al.*, revela que a média do rendimento por adulto equivalente das famílias inquiridas era de 140 dólares por ano e que a mediana era de aproximadamente 63 dólares por ano. O trabalho aponta que, entre 2002 e 2005, as famílias mais pobres (dois primeiros quintis) viram a renda média anual decrescer em 22% e 12%, respectivamente. Nesse período, foram as famílias de rendimentos mais elevados (quinto quintil) as que aumentaram a renda anual em cerca de 15% por adulto equivalente.

³¹ A área cultivada e a força de trabalho constituem as principais fontes de aumento da produção agrícola em Moçambique. Um aumento de 1% nestas duas variáveis, separadamente, aumenta a produção em mais de 1%.

Gráfico 2
Evolução da produção *per capita* de Moçambique 1961-2012
(amendoim, arroz, mandioca, milho e sorgo)



Fonte: FAO.

Relativamente às culturas de exportação, a evolução foi a seguinte:

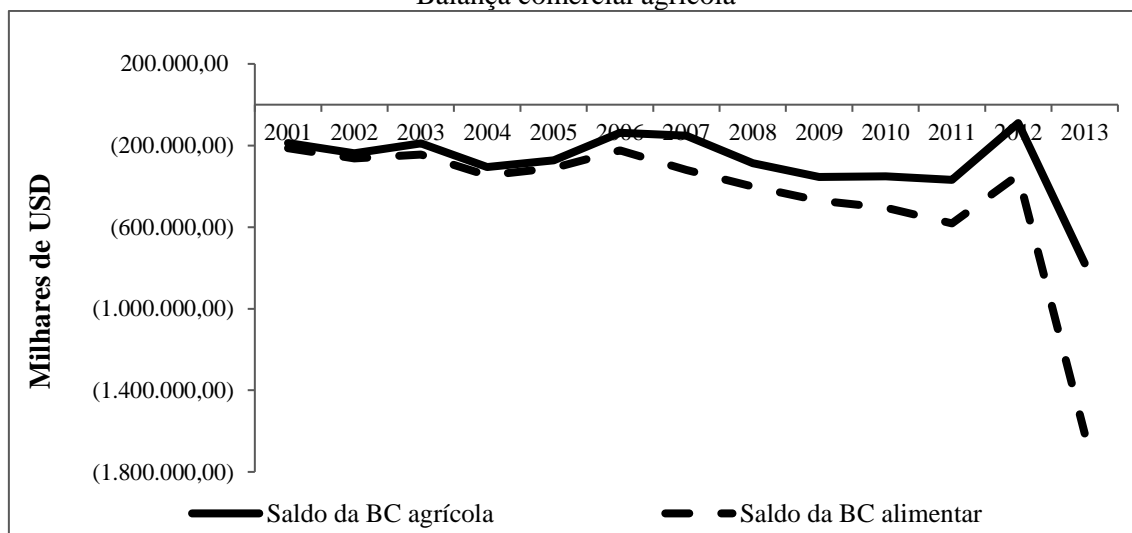
- Caju: Moçambique de maior produtor e exportador com uma participação de cerca de 40% no mercado internacional e uma produção nacional de cerca de 240 mil toneladas comercializadas (dados dos últimos anos antes da independência), passou a produzir, em média, cerca de 80 mil toneladas e a actual quota no mercado internacional é de cerca de 2%. Antes da independência toda a castanha era exportada depois de processada em amêndoa e CNSL; hoje, o caju é exportado maioritariamente em estado primário (Abbas, 2014).
- Algodão: em média, no período pré-independência a produção era, nos melhores anos, de cerca de 120 mil toneladas. Actualmente, como anteriormente, a produção é muito variável³², tendo atingido volumes de produção superiores aos do período colonial. Anteriormente, existia uma indústria têxtil que satisfazia o mercado interno e exportava. Agora, toda a roupa consumida é importada, maioritariamente usada.
- Copra: Moçambique possuía, na Zambézia, o maior palmar do mundo e foi um grande exportador; produzia-se óleo para o mercado interno. Hoje, por razões diversas mas principalmente em consequência da doença do amarelecimento letal, as grandes companhias não produzem copra e as fábricas de óleo estão em ruínas. O pouco coco que existe é da produção do sector familiar.
- Tabaco: hoje a produção de tabaco para exportação, como resultado do investimento directo estrangeiro; é superior à realizada no período colonial que incluía uma indústria de cigarros que abastecia o mercado interno; hoje, os cigarros são importados legal e ilegalmente.
- Madeira: Moçambique, para além de exportar madeira, possuía uma indústria de serrações e de contraplacados que satisfazia o mercado interno e exportava; actualmente essa indústria praticamente não existe e a madeira é exportada sem qualquer transformação, em toros. Assiste-se a uma sobre-exploração da floresta e à extracção predadora. Igualmente da fauna bravia com ligações ao tráfego internacional de marfim.

³² As variações da produção de algodão são provocadas por vários factores, principalmente os seguintes: (1) preços no mercado internacional; (2) preços relativos, comparando com outros produtos realizados pelos pequenos produtores (por exemplo, recentemente, o gergelim e o feijão bóer); (3) situações de conflito; (4) actuação irregular das empresas comercializadoras.

c) Dependência alimentar

A dependência alimentar é crescente. Importa-se todo o trigo (como sempre), grande parte do arroz, batata e cebola, de vegetais e de fruta consumida nos centros urbanos. Anteriormente existiam indústrias de alfaias e reboques que estão encerradas. Produziam-se fertilizantes e misturavam-se pesticidas, agora totalmente importados. Persiste a indústria da cerveja (com o fabrico a partir da mandioca). Pouco se produz de leite, carne e respectivos produtos transformados. As principais exportações são o tabaco, algodão, caju e, recentemente, gergelim e feijão bóer. O gráfico abaixo reflecte a evolução da balança comercial agrícola e alimentar.

Gráfico 3
Balança comercial agrícola



Fonte: Food and Agriculture Organization (FAO)

O gráfico não necessita de algum comentário. O aumento brusco das importações de bens alimentares coincide com os anos das eleições gerais.

d) Técnicas de produção

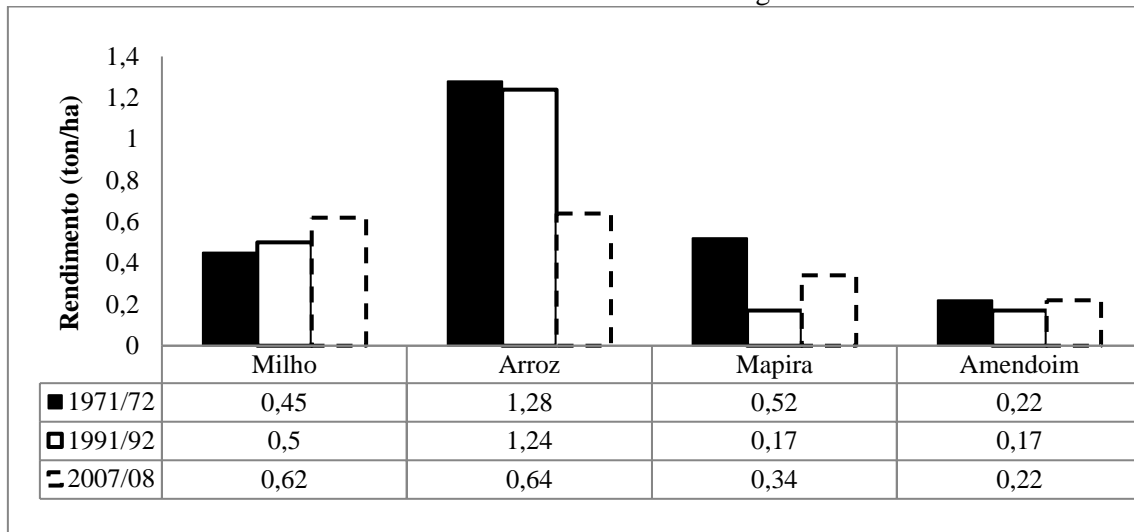
Se as técnicas de produção forem medidas pelo nível de utilização de bens de capital (máquinas, regadios) e insumos adquiridos fora da exploração ou industrializados (fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas), e tomando como referência o número de explorações que usam estes recursos, é fácil concluir que, se houve aumentos na capitalização da exploração, estes foram muito reduzidos. "Em 2007 apenas 4% dos agregados usava fertilizantes químicos, 5% usava pesticidas e 13% usava rega. Os resultados do Censo Agro-Pecuário (2010) indicam que apenas 5,3% das explorações agrárias em Moçambique usava rega; 3,7% aplicava fertilizantes e 2,5% usavam pesticidas", Uaiene (2012). Segundo o INE (2010), 1,6% das explorações usavam meios mecânicos (tractores) e perto de 0,3% possuem moto ou electrobombas (INE, 2010).

e) Produtividade agrícola por superfície

A produtividade por hectare da agricultura não tem evoluído significativamente. Em alguns períodos, essa produtividade decresceu em algumas culturas. O gráfico abaixo revela essa realidade.

Analisando a produtividade de alguns bens alimentares, a evolução da produtividade, numa perspectiva demais longo prazo, indica o seguinte:

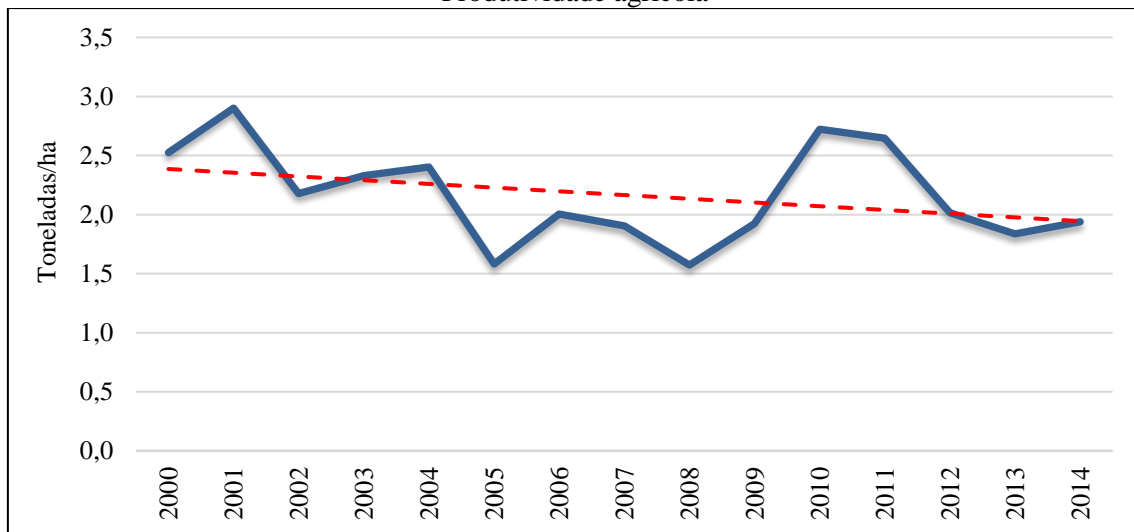
Gráfico 4
Produtividade de culturas seleccionadas ao longo de 4 décadas



Fonte: FAOSTAT (2010), em Uaiene (2012:57).

Nos últimos 15 anos a produtividade por hectare evoluiu do seguinte modo:

Gráfico 4
Produtividade agrícola



Fonte: Abbas (2016).

f) Comercialização

Em 1982/83 cerca de 5.000 retalhistas asseguravam a comercialização agrícola. No final da década de oitenta do século passado, devido à guerra e crise económica, o número baixou para menos de 2.000 nas zonas rurais, Leite (2000). Lifaniça (2010) refere que havia no país, em 2008, incluindo nas cidades, 31.474 estabelecimentos comerciais, frente a 14.387 em 1999. Das existentes em 2008, 47% localizava-se na cidade de Maputo e, acrescenta, que apenas 0,15% (47) dos operadores comerciais se dedicavam à comercialização agrícola.

Por escassez de informação, não é possível referir sobre as quantidades de produtos agrícolas comercializados nos diferentes períodos. Porém, considerando a produção por habitante acima apresentada e a elevada percentagem se destina ao auto-consumo, o aumento sistemático de importações de alguns bens alimentares (vegetais, frutas, arroz, trigo, batata, entre outros), e a

evolução da rede comercial formal rural, pode deduzir-se que, para uma parte significativa de bens, registou-se uma redução dos excedentes comercializáveis. Porém, esta afirmação é muito variável por produto e ao longo dos anos. Existem casos pontuais onde se verificam importantes incrementos de excedentes, nem sempre persistentes a médio prazo, devido à variabilidade dos principais factores que influenciam as decisões produtivas dos pequenos produtores: preços e relações entre os preços dos bens agrícolas e outros não-agrícolas, sobretudo bens de consumo e de património de pequeno valor (bicicletas, rádios, electrodomésticos, telemóveis, etc.); e, garantia de venda (comercialização agrícola e redução das distorções dos mercados e respectivas estruturas).

Tem havido importantes aumentos de excedentes comercializados nos últimos anos, sobretudo de bens que, embora alguns sejam também de consumo interno, são também exportados. É o caso do feijão bóer, gergelim e do milho. Neste último caso, o cereal é exportado maioritariamente de forma informal para os países vizinhos (Malawi e Zâmbia). Se antes as cadeias de valor de bens agrícolas eram para a exportação e para o mercado interno, neste momento, as cadeias de valor estão direccionadas para a exportação, dependem da procura e dos preços internacionais e assiste-se, como no período colonial, a uma crescente extravasão das várias fases das cadeias do valor³³.

Considere-se ainda que uma percentagem elevada da comercialização é realizada por comerciantes informais, incluindo a importação, não permitindo a quantificação fundamentada da comercialização.

g) Emprego

"O volume de emprego formal na agricultura é, sem margem de erro, muito inferior em 2009 comparativamente ao existente nos primeiros anos após a independência. No entanto, a partir de finais da década de noventa, iniciaram-se alguns investimentos na agricultura e no meio rural que geraram emprego. A construção de infra-estruturas, o investimento directo estrangeiro em algumas culturas (principalmente no açúcar, algodão e tabaco), no turismo de praia e de outras naturezas, têm criado postos de trabalho. A administração pública aumentou também o emprego, principalmente ao nível das sedes dos distritos. A descentralização financeira e os OILs (...) têm igualmente contribuído para a geração de emprego", Mosca (2010: 438 e 439).

Não obstante este aumento do emprego formal, a agricultura continua ocupando a grande maioria da força de trabalho no meio rural e no conjunto da economia. O número de pessoas ocupadas na agricultura tem aumentado, por diferentes razões: (1) crescimento demográfico; (2) a maioria da população, sobretudo no Centro e Norte do país, tem agricultura como sua principal fonte de rendimento, isto é, as actividades extra-agrícolas não criam riqueza suficiente para que exista uma significativa migração intersectorial.

³³ "O conceito de estrangeirização, neste caso da cadeia de valor de um produto, significa que o negócio nas suas diferentes fases, ou em parte delas, é dominado por agentes económicos não-nacionais. Este domínio caracteriza-se pela participação maioritária de agentes estrangeiros no negócio e a capacidade destes em influenciar os mercados (sobretudo os preços), as actividades ao longo da cadeia corresponderem a procuras (ou ofertas) de mercados não-domésticos e que a concentração da acumulação se realiza principalmente nesses empresários e no exterior. Regra geral, a estrangeirização constitui um conjunto de actividades inter-relacionadas de natureza extractiva que não gera ligações intersectoriais e, portanto, não cria valor acrescentado local.

Porém, estas características não são necessariamente inerentes ao fenómeno da estrangeirização. As mesmas podem ser verificadas caso as actividades das cadeias de valor sejam predominantemente ou exclusivamente realizadas por agentes económicos nacionais", Bruna (2016).

h) Evolução da estrutura produtiva

No livro de Mosca (2010: 442 e 443) pode-se observar o quadro abaixo que procura sintetizar a evolução da estrutura agrária nos seus diferentes componentes, comparando, para a maioria dos indicadores, os períodos pré-independência e 2010. As culturas da mandioca e do milho predominam em todo o território e constituem a base alimentar da maioria da população rural.

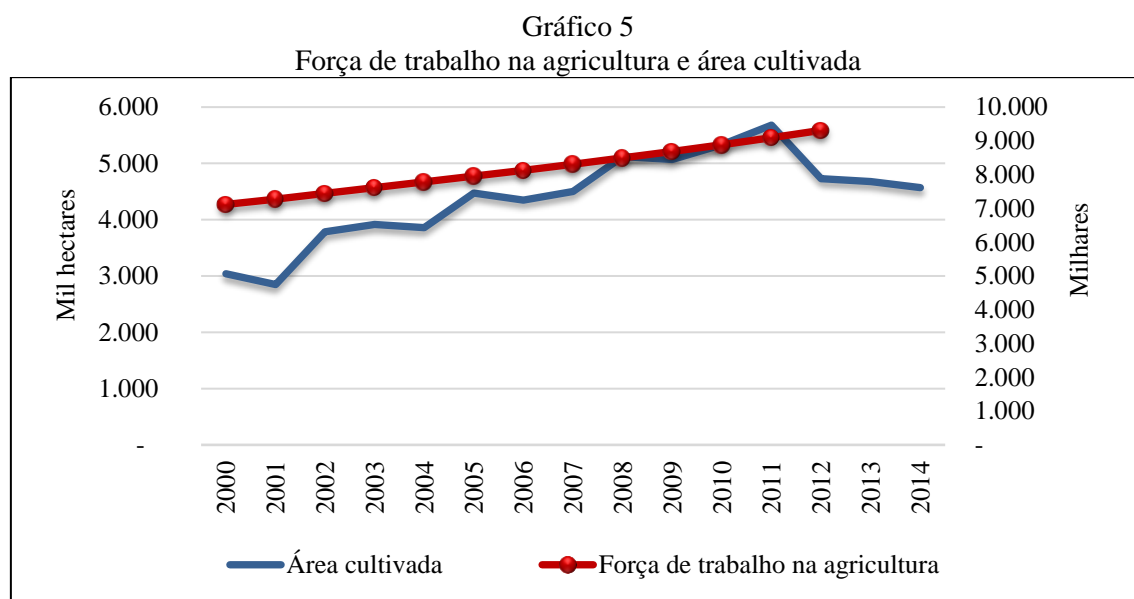
Quadro 2
Evolução da estrutura produtiva da agricultura

Base produtiva	
Ocupação da terra	<ul style="list-style-type: none">• Sem grandes alterações (tamanho das explorações).• Acesso dos pequenos produtores sem mudanças significativas, embora com maior inclusão legal e participação comunitária na atribuição de DUATs (mesmo considerando que menos de 3% dos produtores possuem DUAT).
Regadios	<ul style="list-style-type: none">• Perda de áreas por não ou deficiente manutenção, menor utilização e eficiência reduzida.
Agro-indústrias	<ul style="list-style-type: none">• Queda de produção em quase todos os ramos.• Encerramento e em ruínas de muitas unidades industriais.• Recuperação de algumas indústrias, sobretudo as relacionadas com a exportação, mesmo que para níveis produtivos abaixo dos verificados na altura da independência e princípios da década de oitenta (excepto no tabaco e açúcar).
Produção	
Estrutura produtiva	<ul style="list-style-type: none">• Sem grandes alterações nos sistemas de produção e composição das culturas.
Produção	<ul style="list-style-type: none">• Produtividade por hectare sem alterações significativas.• Redução dos volumes comercializados (excedentes de produção) em muitas culturas.• Produção agrícola <i>per capita</i> decresceu.
Integração no mercado	
Emprego rural	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da ocupação na agricultura em consequência do crescimento demográfico e com o surgimento de actividades informais extra-agrícolas (comércio, transporte de curta distância e outros). Percentualmente, a população urbana aumentou de menos de 10% no período pré-independência para os actuais cerca de 30%.
Utilização de insumos	<ul style="list-style-type: none">• Mantém-se em níveis muito baixos.
Mecanização	<ul style="list-style-type: none">• Menos equipamento e serviços.• Pequenos produtores mantêm-se com acesso muito limitado.
Comercialização	<ul style="list-style-type: none">• Grande parte da rede comercial rural em ruínas.• Surge o comércio informal e comerciantes “sazonais” para captação de excedentes produtivos.
Serviços públicos agrários	
Investigação	<ul style="list-style-type: none">• Produção de nova tecnologia, com deficiente disseminação.• Melhor conhecimento da realidade.
Extensão	<ul style="list-style-type: none">• Estruturação e implantação do sistema nacional de extensão, mesmo que com grandes insuficiências. A extensão, no tempo colonial, era limitada e não se pode considerar que tenha existido um sistema de extensão público.
Capacidade técnica	<ul style="list-style-type: none">• Mais técnicos formados, sendo que muitos não trabalham directamente na agricultura.

Agricultura na economia	
Importância da agricultura na economia	<ul style="list-style-type: none"> Menor percentagem do PIB agrário no PIB nacional, menor peso nas exportações e mais importações,

i) Os factores do aumento da produção agrária

Vários estudos indicam que os principais factores de aumento da produção agrícola têm sido o aumento da superfície trabalhada (SAU³⁴) derivado do aumento da população cuja actividade principal é a agricultura. A baixa utilização de capital (crédito, factores de produção - sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas e máquinas) não tem influenciado a produção nem a produtividade.



Fonte: Abbas (2016).

j) Verificação da transformação estrutural da agricultura

O quadro abaixo sintetiza a evolução dos elementos que caracterizam a transformação estrutural da agricultura, segundo o quadro teórico adoptado neste texto.

Quadro 3
Transformação estrutural da agricultura

Variável de transformação	
Capitalização da exploração agrícola	Não
Aumento da produtividade	Não
Aumento da oferta e redução de preços	Sim no total, não por habitante
Redução do número de explorações	Não
Redução do trabalho na agricultura	Não
Absorção do excedente de mão-de-obra pela indústria e outras actividades	Não
Urbanização	Sim, mas caótica

Observa-se, no quadro acima e nas evidências apresentadas anteriormente, que não existiu qualquer transformação estrutural na agricultura. Pelo contrário, podem-se constatar dinâmicas contrárias.

³⁴ Superfície Agrícola Utilizada.

4. DIVERSIFICAÇÃO COM ENDOGENEIZAÇÃO DA ECONOMIA

A opção de um desenvolvimento endógeno e de economia diversificada deve ser um objectivo concretizado com políticas específicas e estáveis de longo prazo. Longo prazo considerando que as actuais estruturas económicas foram sendo configuradas há mais de um século e possuem relações de poder político e económico associadas com países e multinacionais, cujas mudanças implicarão também, alterações internas.

No fundamental, a diversificação com endogeneização teria como fundamentos o investimento assente na poupança interna, realizado numa base social ampliada e sectorialmente diversificada, virado para o mercado interno. Assim sendo, é incontornável que o desenvolvimento inclusivo assente na grande maioria dos agentes económicos, que são os camponeses e as micro e pequenas empresas, sobretudo os que produzem bens e serviços para a maioria dos cidadãos. Em relação aos sectores informais da economia, que representam uma elevada percentagem da produção de riqueza e da ocupação laboral, dever-se-ia encontrar formas de esses agentes económicos encontrarem vantagens na formalização das suas actividades. Esta possibilidade implica incentivos fiscais, infra-estruturas para o exercício das actividades, informação sobre os mercados, créditos com taxas de juro bonificadas (subsidiadas), organização dos agentes económicos para a defesa e reivindicação dos seus direitos, entre outros. Por outro lado, deveriam aplicar-se as medidas que desincentivam a actividade informal, incluindo multas.

A endogeneização da economia moçambicana implica uma estratégia de redução da dependência da poupança e do investimento externo e de políticas de incentivo à poupança e de investimento (crédito)³⁵ domésticos. O aumento das receitas fiscais³⁶ e em divisas³⁷ dos recursos naturais impõe a revisão dos acordos (do carvão, do gás e de outros) e o desenvolvimento de tecidos empresariais para o surgimento de *clusters* que retenham valor acrescentado no país. A constituição de reservas e fundos em divisas e no tesouro do Estado é importante para a mitigação de riscos de crises e desequilíbrios conjunturais.

As receitas provenientes dos recursos naturais deveriam ser utilizadas para financiar a diversificação e endogeneização da economia. Sabendo-se que a pobreza e a desnutrição (crónica e aguda)³⁸ dependem, sobretudo, dos rendimentos da agricultura e da produção alimentar, o sector agrário alimentar constitui uma prioridade. Para o combate à pobreza, redução da desnutrição e da insegurança alimentar, é importante a diversificação local da economia, com a criação de emprego e rendimentos extra-agrícolas no âmbito local. Só assim se podem criar dinâmicas de ligações intersectoriais, acumulação nos agentes económicos locais e aumento da procura, com interesses no desenvolvimento do território.

O desenvolvimento local não significa a delimitação das actividades em âmbitos espaciais restritos. Os recursos, conhecimento e qualificações podem, e devem, estar associados a cadeias de valor internacionalizadas, preservando o domínio das actividades pelos agentes económicos locais ou localizados no meio rural. Por exemplo, o turismo internacional relacionado com patrimónios culturais da humanidade (Ilha de Moçambique), o turismo de natureza e cinegético (Parque Nacional da Gorongosa), o turismo de praia de diferentes níveis de rendimento, a indústria cultural (artesanato, música, dança e artes plásticas), gastronomia, entre outras actividades.

³⁵ Sobre a poupança, veja Francisco e Siúta (2014), e sobre o investimento, veja Mosca, Abbas e Bruna (2013).

³⁶ Para uma leitura acerca das receitas fiscais, sugere-se, por exemplo, Mosca e Selemane (2013).

³⁷ Principalmente os valores dos *royalties*, a entrada efectiva de capital do investimento aprovado e controlo das exportações declaradas (quantidades e qualidade).

³⁸ “A desnutrição crónica é definida como baixa estatura em relação à idade e a desnutrição aguda é definida como baixo peso relativamente à altura, em crianças com menos de 5 anos de idade, em ambos os casos.

A priorização de zonas de maior desenvolvimento local devido a razões diversas³⁹, mesmo que no quadro da endogeneização e diversificação da economia, provoca necessariamente processos desiguais de crescimento. Ao Estado compete combinar a eficiência e competitividade com a redução das desigualdades através de políticas públicas específicas e ajustadas a cada realidade. Estratégias de desenvolvimento local, de subsídios e sustentação de rendimentos das famílias, de dinamização de mercados formais e de serviços públicos aos cidadãos podem constituir estratégias de compensação das desigualdades.

A geração de riqueza numa base social ampliada assenta num tecido produtivo agrícola e industrial dinamizador da agricultura (a jusante e a montante da produção primária) e de substituição de importações. A agricultura, e em particular a produção de alimentos, a transformação dos produtos agrários, os têxteis e calçado, as bebidas, a indústria de materiais de construção, electrodomésticos e bens patrimoniais de baixo valor constituem os bens essenciais de consumo dos grupos sociais de renda mais baixa que ainda não possuem as necessidades básicas satisfeitas. A educação e saúde e o acesso à água de qualidade, canalizada ou próxima dos locais de residência, são serviços que muito contribuem para o bem-estar e com elevada influência sobre a produção e a produtividade.

É importante, em cada fase do desenvolvimento, reflectir sobre o papel do Estado na economia e na sociedade⁴⁰. Para o tema aqui abordado, e considerando os contextos, é importante saber sobre as funções do Estado para se alcançar a diversificação da economia. Apresentam-se alguns elementos:

- Infra-estruturas de comunicações de redes vicinais que articulem as zonas produtoras e os mercados, em regadios nas zonas com défices hídricos e com potencial produtivo e em sistemas de armazenagem (considerando as grandes perdas pós-colheita), que tenham em consideração as zonas produtoras, consumidoras e de maior vulnerabilidade ambiental (secas e cheias).
- Alocação de recursos públicos para a agricultura e desenvolvimento rural para tornar possível políticas públicas que incentivem a produção, como, por exemplo: (1) a investigação, a extensão rural e a respectiva articulação com os produtores; (2) linhas de crédito específicas com requisitos de elegibilidade acessíveis aos agentes económicos de pequena escala; e, (3) subsídios quando for necessário proteger o consumidor ou estimular a produção de determinados bens para correcção de preços relativos desfavoráveis.
- A necessidade ou não, de, em determinadas condições e em defesa da produção nacional, se adoptarem medidas transitórias de protecção. Esforços teriam que ser realizados para reduzir as distorções dos mercados (monopólios, intervenções desajustadas do Estado, etc.).
- Medidas fiscais, aduaneiras e de crédito que incentivem o surgimento de indústrias de substituição de importações que produzam os bens para o mercado interno e para o consumo da maioria dos cidadãos?
- Reforçar as instituições para regulação e fiscalização do sector extractivo, incluindo a comercialização (madeira, fauna bravia e minerais) e da actuação do capital nas suas

³⁹ Recursos locais, tradição produtiva e de modos de vida, clima, proximidade das zonas históricas de maior desenvolvimento, entre muitas razões.

⁴⁰ Na secção sobre a teoria de referência não foi feita alusão ao papel do Estado como agente e sujeito da transformação estrutural das economias, do desenvolvimento, na construção do estado de bem-estar, na estabilidade política e social, entre outros aspectos. Isso justifica-se pelo foco deste texto. Este é um dos temas de debate desde os primeiros clássicos quando se considerou que a economia se autonomizou como ciência. Os momentos e contextos históricos nacionais e internacionais, as estruturas económicas, as ideologias e opções políticas, as lutas e reivindicações sociais, entre outros aspectos, não permitem consensos sobre o papel do Estado. O autor procura referir neste texto, elementos fundamentais do que podem ser as funções principais do Estado na diversificação da economia no actual contexto moçambicano. Estas funções terão de encontrar funcionalidades com o sector privado, as comunidades e os diferentes grupos sociais, e respectivas representações.

práticas relacionadas com a ocupação da terra, os reassentamentos, a subcontratação de pequenos produtores para a produção de excedentes, criação de emprego e tecnologias utilizadas.

- Promover as organizações profissionais dos pequenos produtores e empresas para: (1) reforço do poder negocial em mercados com estruturas desfavoráveis aos produtores de bens e serviços; (2) aumento da capacidade negocial com a governação; (3) formação dos associados; (4) introdução de inovações técnicas; (5) aumento das possibilidades de acesso aos mercados e ao crédito; (6) garantia da segurança da terra.

A exploração e gestão de recursos naturais pode ser um elemento importante na endogeneização e para a criação e diversificação das fontes de rendimento locais. O sector privado e as comunidades possuem funções importantes para o efeito. A transformação local dos recursos (por exemplo, carpintarias, fabrico de mobílias e construção melhorada de habitação, a secagem de carne/peles e peixe, tijolos para a construção, etc.). A utilização de fundos comunitários, resultantes da taxa a aplicar sobre o valor dos licenciamentos de exploração de recursos por empresas, na melhoria dos serviços básicos às comunidades (escolas, centros de saúde, abastecimento de água, etc.), sem retirar as responsabilidades do Estado. A alocação destes recursos exige que as comunidades estejam organizadas e possuam formas inclusivas de debate e decisão de modo a minimizar-se a apropriação pelas elites locais.

O exercício das funções de exploração, gestão, monitoria/fiscalização e conservação local dos recursos naturais requer democracia participativa a nível local, que as comunidades sejam formadas e adquiram capacidade negocial e de reivindicação dos seus direitos. As comunidades, preparadas tecnicamente, poderão ter um papel importante na fiscalização e garantia do volume de corte das florestas, da mineração artesanal, da pesca, etc., dentro do princípio da sustentabilidade. Para o efeito, o Estado e, sobretudo, as organizações da sociedade civil deveriam desenvolver actividades de advocacia.

A endogeneização com diversificação da economia implica reformas do Estado, sobretudo a descentralização e desconcentração de poderes de decisão, acompanhadas de reformas do sistema tributário para maior autonomização financeira e operativa local. Descentralizar e reduzir os procedimentos administrativos e aumentar a eficiência e eficácia implica a redução dos gastos em rubricas com limitados efeitos sobre a produção, o ambiente de negócios e o bem-estar das pessoas. A descentralização pode aumentar a eficácia e o atendimento dos aspectos específicos de cada local estreitando as relações entre as instituições e as pessoas. Para o efeito, é importante que a função pública seja gerida de forma transparente e sujeita a escrutínios da sociedade.

5. RESUMO

As economias ricas em recursos naturais ou aquelas cuja formação da riqueza provém de um número limitado de bens e/ou de serviços enfrentam riscos de ciclos de crises, de profundidade variável, provocados pela combinação de factores externos e internos. Os governos nacionais não têm, regra geral, soberania de decisão ou de influência e nem possibilidades de gerir esses factores e, portanto, de actuar de forma fundamental sobre as crises.

Esses países possuem um crescimento sectorial, social e espacialmente concentrado, provocando desigualdades sociais e territoriais. Em economias pobres, os tecidos económicos têm fraca capacidade de formação de *clusters*, o que implica que o valor acrescentado das cadeias produtivas e a acumulação se concentrem principalmente no exterior. Estas constatações, combinadas com governações autoritárias e centralistas, baixa democraticidade e implementação dos investimentos/projectos com más práticas (ocupação da terra, reassentamentos, repressão de processos de reivindicativos, entre outros), podem criar condições para situações de conflitualidade social ou mesmo política e militar.

Em contexto de crise, algumas vozes referem ciclicamente a necessidade da diversificação da economia e da importância da agricultura. Passado esse período, nada se modifica comparativamente aos modelos de crescimento e desenvolvimento anteriores. Estas transformações implicariam mudanças fundamentais nos sistemas políticos e nas relações de força políticas e económicas que detêm/dominam o poder. Esta realidade, suportada pelo autoritarismo, constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento socialmente mais equilibrado em benefício dos países, dos seus cidadãos e sustentável a longo prazo.

É importante estudar-se a implementação de um modelo de desenvolvimento que localize o principal da acumulação no país, através de um tecido económico diversificado, de pequenas e médias empresas com base social alargada, gerador de emprego e produtor de bens para o mercado interno, e de uma agricultura produtora de alimentos que seja inclusiva da maioria do sector familiar (pequenos produtores) e do desenvolvimento rural, com múltiplas actividades capazes de iniciar um desenvolvimento local de pluriactividades.

A endogeneização com diversificação para o mercado interno não significa um “não” aos investimentos externos que explorem de forma competitiva os recursos e potencialidades dos países. Esses investimentos devem gerar recursos que, por via das receitas externas e fiscais, financiem o crescimento diversificado sendo, para o efeito, necessário que existam políticas económicas e públicas apropriadas, que retenham valor no país, que promovam o desenvolvimento em benefício da sociedade, começando pelas comunidades dos locais onde esses investimentos se realizam.

Estas alterações substantivas implicam reformas profundas na administração pública e nas empresas públicas, uma gestão transparente dos recursos públicos e a criação de um bom ambiente de negócios. A política monetária e orçamental necessita ser revista de modo a promover a poupança, a produção e o investimento nacional. Serão necessárias políticas públicas para corrigir as distorções e desequilíbrios provocados pelos mercados, para que o crescimento seja crescentemente mais equitativo, social e espacialmente. A agricultura e o desenvolvimento rural devem ser efectivamente priorizados, o que exige políticas públicas específicas. Os poderes devem preparar-se para negociações de alta especialização técnica e com contornos políticos complexos, como é o caso do negócio dos recursos energéticos. É necessária a regulamentação, o reforço das competências técnicas da administração pública para a monitorização e fiscalização dos contratos, de modo a assegurar boas práticas de implementação, em particular na defesa dos direitos das comunidades e do país (cotações em bolsa, pagamentos de mais valias, fiscalização técnica e conhecimento jurídico específico).

Apenas um crescimento inclusivo permitirá maior justiça e estabilidade política, económica e social a longo prazo. Somente a endogeneização com diversificação da economia permitirá maior resistência aos choques externos não controláveis internamente.

A grande questão é saber se o actual regime político, promíscuo com os negócios, onde não existe separação entre o privado, o partido político no poder e o Estado, tem interesse nestas mudanças. E se a oposição possui a capacidade de impor mudanças fundamentais no regime. Finalmente, quando é que a sociedade civil terá capacidade para influenciar ou forçar a adopção de políticas públicas em defesa do país e dos cidadãos, e de reivindicar e lutar pelos direitos dos cidadãos?

BIBLIOGRAFIA

ABBAS, Máriam. 2014. *A macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique*. Observador Rural N°19. Observatório do Meio Rural. Maputo.

ABBAS, Máriam. 2016. “Transformação Estrutural da Agricultura em Moçambique”. Comunicação apresentado no VIII Congresso da APDEA e no II Encontro Lusófono Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural sobre *Políticas públicas para a agricultura pós 2020*. Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra – Portugal. 7 e 9 de Setembro.

ARNALTE, Eladio Vicente. 2012. “Políticas agrícolas na União Europeia: lições para Moçambique”, em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), Lisboa, Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural (Maputo).

ARNALTE, Alegre, E. 2003. « La política sócio estrutural comunitaria: Una vieja política e num nuevo contexto », *Agricultura Familiar en España 2003*, Anuario de la Fundación de Estudios Rurales-UPA.

ARNALTE, Eladio. (coord.). 2007. *Políticas agrarias y ajuste estrutural en la agricultura española*, Madrid, Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 394 p.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. 2014. *Determinantes da Poupança em Moçambique*. Banco de Moçambique. Maputo.

BETTELHEIM Charles. 1970. *Problèmes théoriques et pratiques de la planification*. Maspero.

BRUNA, Natacha. 2014. *Competitividade do algodão em Moçambique*. Observador Rural N° 26. Observatório do Meio Rural. Maputo.

BRUNA, Natacha. 2016. *Estrangeirização da cadeia de valor do feijão bóer em Moçambique*. Destaque Rural n° 16. Observatório do Meio Rural. Maputo.

BRITO, Luís de. 2009. *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda*. IESE, IDEIAS, Boletim N° 13. Maputo.

CAMPAGNE, Pierre. 1982. “État et Paysans: La contradiction entre deux systèmes de reproduction”. *Économie Rurale*, n° 147-148.

CAVAILHES, J. 1979. “El análisis leninista de la descomposición del campesinado”. La evolución del campesinado. La agricultura e nel desarrollo capitalista. Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentación Madrid.

CARRILHO, João *et al.* 2003. *Qual o Papel da Agricultura Familiar Comercial no Desenvolvimento Rural e Redução da Pobreza em Moçambique?* Relatório No. 53P. MINADER. Maputo.

CHANG, H-J. 2002. *Kicking Away the Ladder—Development Strategy in Historical Perspective*. Anthem Press. Londres.

CHAYANOV, A.V. 1974. *La organización de la unidad económica campesina*. (1ª edição, 1925). Buenos Aires.

DAUCE, P. e PERRIER-CORNET, Ph. 1993, “Política estructural y adaptación de las estructuras agrárias en la Comunidad Europea”, *Revista de Estudios Agro-Sociales*, núm. 165.

FRANCISCO António e SIÚTA Moisés. 2014. Poupança Interna Moçambicana: 2000-2010, uma Década Inédita. IDEIAS Boletim Nº 63p. IESE. Maputo.

FRANK, Gunter. 1971. Sociologia del desarrollo y subdesarrollo. El desarrollo del subdesarrollo. Editora Anagrama. Barcelona.

FRIEDMAN, Harriet. 1980: “Household production and the national economy. Concepts for the analysis of agrarian formations”. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 7, nº 2, pp. 158-184.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. 2010. *Censo Agro-Pecuário 2009-2010*. Maputo, INE.

JORGE, Raul. 2012. “O mercado internacional de alimentos e efeitos sobre as economias em desenvolvimento”. Em João Mosca (coordenação). *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*. Escolar Editora. Maputo.

JOSLING, T. e Heberbrand, C. 2011. *Doha and Beyond: Continuing the Reform of the International Trade System for Food and Agricultural Products*, International Food & Agricultural Trade Policy Council (IPC).

KAUTSKY, K. 1980. *A questão Agrária*. Proposta Editorial. São Paulo. Brasil.

KRUEGER Anne. 1978. *Liberalization attempts and consequences*. Ballinger Publishing Company • Cambridge

KUZNETS, Simon. 1955. *Economy growth and income inequality*. American Review.

LEITE, Joana Pereira. 1999. *A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial*. Documento de Trabalho n.º 57, CESA, Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Lisboa.

LENINE, V. (1980). *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. Coleção Alicerces, Debates.

LEWIS, W. A. 1969. “O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de mão-de-obra”. In: AGARWALA, A. N. e SING, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. São Paulo, Forense. (Publicado pela 1ª vez em 1954 pela The Manchester School).

LONG, N. 1977. *An Introduction to the Sociology of Rural Development*. Tavistock Publications. Londres.

LIFANIÇA, Armando Jeremias. 2010. *Impacto das políticas de liberalização dos mercados na comercialização de excedentes agrícolas (1989-2008)*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Políticas Económicas. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia. Maputo.

MARX, Karl. 2006. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. Centauro. São Paulo.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. (S/data). *Dinâmica do Sector Agrário em Moçambique O Papel da Agricultura Comercial Familiar na Redução da Pobreza*. Apresentação em Power Point. Maputo.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 2008. *Análise do Crescimento do Rendimento dos Agregados Familiares Rurais em Moçambique 1996-2002: Implicações para o Desenvolvimento Agrário no contexto do ProAgri 2 e PARPA II*. Maputo, Preparado por técnicos da Direcção de Economia, MINAG e da Universidade Estadual de Michigan.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2009). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2009-2018*. Ministério da Agricultura. Maputo.
- MOSCA, João. 1999. *A experiência “socialista” moçambicana (1975-1986)*. Editora Instituto Piaget. Lisboa.
- MOSCA, João (2004): *SOS África*. Editora Piaget. Lisboa.
- MOSCA, João. 2005. *Economia de Moçambique, Século XX*. Editora Instituto Piaget. Lisboa.
- MOSCA, João. 2009. *Economicando*. Alcance Editores. Maputo.
- MOSCA, João. 2010. *Políticas Agrárias de(em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar Editores. Lisboa.
- MOSCA, João. 2012. *Economicando*. Alcance Editores. Maputo.
- MOSCA, João, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha. 2013. *Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Escolar Editora. Maputo.
- MOSCA, João, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha. 2016. *Governança 2004-2014*. Poder, Estado, Economia e Sociedade. Alcance Editores. Maputo.
- MOSCA, João, BRUNA, Natacha e MANDAMULE, Uacitissa. 2016. "A economia política da agricultura: ênfase para o agro-negócio". Em *Políticas públicas e agricultura em Moçambique*, João Mosca (Coordenação). Escolar Editora. Maputo.
- MOSCA, João e DADÁ, Yasser. 2014. *Bases para uma política agrária em Moçambique*. Escolar Editora. Maputo.
- MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2013): “Os mega projectos e a segurança alimentar em Moçambique”. *Revista Internacional em Língua portuguesa. Segurança Alimentar*. Coordenação de Bernardo Pacheco de Carvalho, da Universidade Técnica de Lisboa, João Mosca, da Universidade Politécnica de Moçambique, e Walter Belik, da Universidade de Campinas.
- MOURA Carlos Fernando Lapenda de, XAVIER, Maria Gilca Pinto e SILVA, Alexandria Roberto Clemente da. 2011. As fontes de crescimento económico e uma análise empírica da economia da Coreia do Sul. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. Vol. 9 - Nº 2.
- OECD. 2010. *Agricultural Policies in OECD Countries: at a Glance 2010*, OECD, Paris.
- PITORO, Raul et al. 2008. *O nível e a estrutura das rendas dos agregados familiares rurais em Moçambique* Apresentação no Workshop “Avaliando Opções para o Crescimento Agrário e Redução da Pobreza em Moçambique com Vista a Intervenções Concretas”. MINAG. Maputo.
- ROSTOW, W. 1973. *Las Etapas del Crecimiento Económico*. Editorial Fondo de Cultura Económica. México.

SERVOLIN, Claude. 1989. "La absorción de la agricultura e nel modo de producción capitalista". La evolución del campesinado. La agricultura e nel desarrollo capitalista. Madrid. Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentación.

SHANIN, T. 1971. Naturaleza y lógica de la economía campesina, Editorial Anagrama, Barcelona (consultado em Agosto de 2011). Disponível em <http://ieham.org/html/docs>.

SCHULTZ, Theodore W. 1953. *The Economic Organization of Agriculture*. New Haven, Yale University Press. S

SCHULTZ, Theodore W. 1964. *Transforming Traditional Agriculture*. New Haven: Yale University Press.

UAIENE, Rafael N. 2012. "Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique". Em MOSCA, João (coordenação: *Contributos para o debate do sector agrário e o desenvolvimento rural*). Escolar Editora. Lisboa.

WOLF, Eric. 1970. Los campesinos. Editorial Labor S.A. Barcelona.

WUYTS, Marc. 1981. "Sul do Save: Estabilização e transformação de força de trabalho". *Estudos moçambicanos*, Número 3. Centro de Estudos Africanos. Maputo.

Nº	Título	Autor(es)	Ano
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Mai de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide Agy	Julho de 2015

Nº	Título	Autor(es)	Ano
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Mai de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martin	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Mai de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnio	Abril de 2014
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014

Nº	Título	Autor(es)	Ano
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingermann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Outubro de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaientilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Mai de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrícola.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

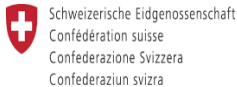


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Av. Paulo Samuel Kankhomba, n° 879
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org